

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELA KRAMBECK DE OLIVEIRA

**GESTÃO FINANCEIRA EM ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA: TEMPLO DE
UMBANDA**

CURITIBA

2016

GABRIELA KRAMBECK DE OLIVEIRA

**GESTÃO FINANCEIRA EM ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA: TEMPLO DE
UMBANDA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em Controladoria, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Dr. Jorge Eduardo Scarpin

CURITIBA

2016

RESUMO

A diversidade religiosa é uma das características que singulariza o povo brasileiro. Dentre as tantas religiões existentes está a Umbanda, religião brasileira e considerada nova, pois tem pouco mais de um século. As organizações religiosas estão enquadradas no terceiro setor da economia, que vem crescendo e se desenvolvendo muito nas últimas décadas, no entanto, ainda são rudimentares os estudos relativos à gestão do terceiro setor. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é descrever os processos essenciais à gestão financeira em templos de Umbanda, primeiramente, estabelecendo os templos religiosos nos setores da economia e apresentando brevemente a história e característica dessa religião brasileira, após retratando os procedimentos para a constituição e legalização de um templo, passando por algumas ferramentas de gestão financeira e controles dos recursos financeiros. Considerando o acervo de estudos e pesquisas no que tange a gestão, ainda há muito que se contribuir com estudos e pesquisas voltados à gestão e sustentabilidade de instituições do terceiro setor, especialmente às religiosas.

Palavras-chave: gestão financeira, terceiro setor, organização religiosa, templo de umbanda.

ABSTRACT

The religious diversity is one of the features that distinguishes the Brazilian people. Among the many existing religions is Umbanda, the Brazilian religion and considered new, it has little more than a century. Religious organizations are framed in the third sector of the economy, which has grown and developed over the last decades, however, are still rudimentary studies on the third sector management. In this sense, the objective of this study is to describe the essential processes of financial management in Umbanda temples, first, establishing religious temples in the sectors of the economy and briefly presenting the history and characteristics of this Brazilian religion, after portraying the procedures for the establishment and legalization a temple, going through some tools of financial management and control of financial resources. Considering the wealth of studies and research regarding the management, there is still a lot to contribute to studies and research focused on the management and sustainability of the third sector institutions, especially religious.

Keywords: financial management, nonprofit, religious organization, Umbanda temple.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	PROBLEMA DA PESQUISA	5
1.2	OBJETIVOS	7
1.2.1	Objetivo Geral.....	7
1.2.2	Objetivos específicos.....	7
1.3	JUSTIFICATIVAS	8
1.4	METODOLOGIA.....	9
2	REVISÃO DA LITERATURA	10
2.1	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS	10
2.1.1	A Umbanda.....	12
2.2	OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS	13
2.2.1	A proibição de instituir impostos sobre templos de qualquer culto	15
2.3	GESTÃO.....	16
2.3.1	Gestão Financeira	17
2.3.1.1	Plano de contas.....	17
2.3.1.2	Demonstrações contábeis	18
2.3.1.3	Análise das demonstrações contábeis	19
2.3.2	Controles	23
2.3.2.1	Orçamento.....	23
2.4	MINISTRO DE CULTO RELIGIOSO	24
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

O terceiro setor vem ganhando espaço no cenário econômico, social e acadêmico, principalmente pela atuação dos espaços não ocupados pelo governo (primeiro setor) e pelas empresas (segundo setor) e pelo crescimento das atividades de cunho social característicos das lacunas deixadas pelos primeiro e segundo setores. (CUNHA, 2008)

No Brasil, a diversidade e liberdade religiosa é uma das características que singulariza seus traços culturais. Nessa diversidade encontra-se a Umbanda, uma religião fundada no Brasil em 1908 que traz em suas origens fundamentos sincrético dos cultos africanos aos Orixás; do catolicismo, dos cultos indígenas e do espiritismo difundido por Allan Kardec.

Apesar das diferenças de cada religião, em suas doutrinas e fundamentos, há uma coisa que todas elas têm em comum: são instituições com objetivos a serem cumpridos, inclusive o de se manterem e sustentarem para conseguirem realizar seus intentos.

Para tanto, há a disposição os modelos e mecanismos de gestão para transformar esse intento em conteúdo. São reduzidos ainda os estudos realizados especificamente à gestão do terceiro setor, mas vêm crescendo o interesse do meio acadêmico em contribuir de forma teórica e prática à este segmento da economia.

No campo da gestão a controladoria tem muito a contribuir, pois cada vez mais se fazem necessários a qualidade e o gerenciamento das informações geradas por este tipo de entidades.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

O termo terceiro setor é utilizado num campo que classifica as organizações em três, assim, o primeiro setor compreende as instituições governamentais, o segundo setor, as empresas privadas que visam lucro e o terceiro setor, as organizações privadas sem finalidade de lucro. Este setor abrange uma infinidade de organizações e vem sendo utilizado para “nomear” as entidades que não se enquadram nem no primeiro setor, nem no segundo, mas que compõem uma conjunção do primeiro e do segundo setor, pois possuem características de ambos,

pois apesar de serem privadas, não visam o lucro, ou seja, o termo sugere como uma alternativa à dualidade público-privado. (FALCONER, 1999)

Como objeto de conceito de terceiro setor, no presente trabalho será utilizado o conceito adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) para definição das Fundações privadas e Associações sem Fins Lucrativos – FASFIL, que abrange as organizações registradas no Cadastro central de Empresas (CEMPRE) como Entidades sem fins Lucrativos que se enquadram, concomitantemente, nos seguintes parâmetros: (i) organizações institucionalizadas, ou seja, legalmente constituídas; (ii) privadas, isto é, não integrantes do Estado; (iii) não distribuidoras de lucro, ou seja, sem finalidade de lucro, quer dizer que não distribuam eventuais excedentes entre seus sócios ou membros; (iv) outo administradas, isto é, capazes de gerir suas atividades; e (v) voluntárias, quer dizer, que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas. (IBGE, 2010)

De acordo com Mário *et al* (2013, p.66)

muitas empresas do terceiro setor surgiram por iniciativas de pessoas sem experiência em gestão e, conseqüentemente, apresentam muitas dificuldades na sua administração e na sua gestão quanto à utilização de ferramentas da Contabilidade Gerencial.

E, como coloca Slomski *et al* (2012), estas organizações vêm realizando atividades cada vez mais abrangentes e necessárias à sociedade como as de cunho filantrópico, beneficente, caritativo religioso, cultural, artístico, educacional, literário, recreativo, de proteção às pessoas e ao meio ambiente, dentre outros, visando sempre o alcance de fins sociais.

A representatividade do terceiro setor vai além das funções primordiais de caráter social que exercem. Atualmente representa 5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, gerando receitas de R\$ 20 bilhões e 1,5 milhões de oportunidades de trabalho (ALVES, SOUZA D. M., SOUZA L. M., 2015).

Dentre as instituições do terceiro setor, umas das que tem maior representatividade são as de origem religiosa e neste campo, apesar de relativamente nova, pois possui pouco mais de cem anos de existência, está a Umbanda que vem a contribuir com este setor da economia tão importante e essencial para o desenvolvimento da sociedade.

Apesar das pesquisas que vêm sendo realizadas, Olak e Nascimento (2006) apontam que no Brasil, são rudimentares ainda as normas e práticas contábeis que contemplem as particularidades do terceiro setor; outro ponto é que as publicações sobre esse tema são raras e apenas recentemente o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) manifestou-se sobre o assunto, editando normas técnicas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Considerando a relevância que o terceiro setor exerce sobre a sociedade e economia, o destaque da importância dos processos de gestão nas organizações e escassez de publicações específicas sobre o assunto, em especial sobre instituições religiosas, o presente trabalho tem por finalidade responder a seguinte questão: Quais procedimentos para a constituição, bem como os elementos indispensáveis ao processo de gestão financeira em um templo religioso de Umbanda?

1.2 OBJETIVOS

Neste item é apresentado o objetivo geral do trabalho, assim como os objetivos específicos a serem seguidos para que se possa cumprir com o objetivo geral e responder o problema da pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

Descrever os requisitos e procedimentos para a constituição, bem como os elementos essenciais ao processo de gestão financeira em um templo religioso de Umbanda.

1.2.2 Objetivos específicos

- Contextualizar uma organização religiosa;
- Apresentar a história e principais características da religião Umbanda;
- Realizar uma revisão sobre o processo de constituição pertinente a uma instituição religiosa;
- Realizar uma revisão sistemática sobre os processos de gestão financeira evidenciando elementos essenciais a serem utilizados.

1.3 JUSTIFICATIVAS

A pesquisa em instituições do setor se justifica por sua importância para a sociedade, que pode ser observada na história e no crescimento de sua participação na sociedade e na economia ao longo do tempo, em especial no Brasil nas últimas décadas.

Ainda que o crescimento de entidades sem fins lucrativos seja relativamente recente, pode-se encontrar suas origens em épocas mais antigas. Como em tempos anteriores ao nascimento de Jesus Cristo onde já se faziam atividades como a filantropia e a caridade, ou na China onde já existia a atividade voluntária organizada e viria a ser consolidada e estabelecida com o Budismo desde o século VIII, ou na Europa onde se consubstanciou com a criação das confrarias religiosas, dos partidos políticos e das corporações da idade média. (HUDSON, 1999)

No Brasil o desenvolvimento das organizações sem fins lucrativos pode ser demonstrado por intermédio das pesquisas realizadas pelo IBGE e pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), no estudo sobre as Fundações privadas e Associações sem Fins Lucrativos – FASFIL, realizado pela primeira vez em 2002.

Em sua última edição, em 2010, o estudo constatou que existiam no período 290,7 mil FASFIL, um crescimento de 8,8% em relação ao estudo anterior, realizado em 2006, sendo destas 82.853 organizações religiosas. (IBGE, 2012)

Ainda de acordo com o estudo em “números absolutos o maior crescimento foi das entidades do grupo Religião, com a criação de 11,2 mil instituições ou quase metade (47,8%) do total de 23,4 mil FASFIL criadas no período” (IBGE, 2012, p.63).

Mantendo-se no campo religioso, é crescente o número de pessoas que se autodeclararam umbandistas e assim a quantidade de templos dessa religião no país. De acordo com o censo de 2010, 407.332 pessoas se autodeclararam umbandistas, um crescimento de 2,5% em relação ao censo de 2000.

A Umbanda é uma religião brasileira com 108 anos e são recentes os trabalhos para que suas casas e templos saiam da informalidade e sejam legalmente constituídos. Por ser uma religião onde seus cultos eram, principalmente, realizados em algum cômodo ou nos fundos das residências de seus pais e Mães de Santo¹ não havia busca e “preocupação” com a administração ou a gestão de

¹ Nomenclatura utilizada usualmente para sacerdotes e sacerdotisas da religião.

recursos. No entanto, com o crescimento e desenvolvimento da religião e de seus cultos, bem como a quantidade de frequentadores, seja como *consulência*² ou como parte do corpo mediúnico da casa (também chamado de templo, terreiro, centro, etc.) percebeu-se a necessidade de “profissionalização” da gestão dos recursos dos terreiros. Neste sentido, algumas federações e escolas religiosas tomando a iniciativa de cursos para a orientação e disseminação das necessidades das boas práticas de gestão dos recursos para manter os trabalhos espirituais e os terreiros em funcionamento.

Por desempenharem funções cada vez mais amplas e relevantes à sociedade, no caso dos templos religiosos que, além da atividade espiritual realizam também outras atividades de caráter beneficente,

o campo de estudo desse segmento vêm despertando grande interesse de pesquisadores multidisciplinares, objetivando, no caso das ciências sociais aplicadas, desenvolver modelos de gestão e otimização dos escassos recursos destinados a esse setor. (OLAK, SMOLSKI, ALVES, 2008, p.27)

Assim, justifica-se sobremaneira, a necessidade de contribuição com estudos das ciências sociais aplicadas no campo da gestão em instituições religiosas, buscando atender não apenas os usuários internos das informações, mas todos aqueles que são abrangidos por essas instituições.

1.4 METODOLOGIA

A maior parte dos conhecimentos é adquirida com muita leitura, continuada e constante, por isso é necessário ler muito. Ler significa conhecer, interpretar, decifrar, distinguir os elementos mais importantes daqueles menos relevantes e utilizá-los como fonte de novas ideias. (MARCONI, LAKATOS, 2003)

Ainda segundo as autoras

método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (MARCONI; LAKATOS, 2003 p.83)

² Nome dado ao “fiel” de umbanda. Pessoas que vão aos terreiros de Umbanda em busca de orientação e auxílio religioso, pessoal, emocional, etc.

Assim, o presente trabalho reger-se-á pela leitura e aplicação das técnicas metodológicas de procedimento de pesquisa descritiva exploratória, visando proporcionar maior familiaridade com o problema levantado, a partir do levantamento bibliográfico. Quanto a abordagem, será qualitativa, pois as informações não serão quantificadas e a interpretação de significados é básica.

Para tanto a pesquisa será delineada a partir da revisão da bibliografia baseada em livros, artigos, teses, dissertações e outras publicações aplicadas ao terceiro setor, gestão financeira, práticas contábeis visando apresentar a história e principais características da religião Umbanda, bem como estabelecer o terceiro setor na economia, sua relevância dentro da mesma e para a sociedade e alguns conceitos e contribuições sobre gestão financeira e suas ferramentas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção será apresentado a respeito do tema abordado com pesquisas prévias, para dar embasamento de tal assunto. Assim, trará conceituação sobre Instituições religiosas e o caminho necessário para constituir e gestão financeira. Como o objeto de estudo do presente trabalho é a gestão de templo de Umbanda, será apresentada história e principais características dessa religião.

2.1 INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

As organizações religiosas foram instituídas, com a nova redação do código Civil de 2003, como Pessoas Jurídicas de direito Privado sendo livres sua criação, organização, a estrutura interna e seu funcionamento (BRASIL, 2003). Mesmo antes dessa regulamentação as instituições religiosas já tinham suas organizações e estruturas, seja informalmente, seja adaptando-se a legislação disponível, fazendo parte da sociedade desde tempos remotos, sendo um dos principais atuantes nas atividades assistenciais, caritativas e filantrópicas.

Segundo, Ebsen e Laffin, (2004, p.12) “o surgimento do terceiro setor no Brasil se caracteriza pelo seu vínculo com as organizações religiosas, principalmente a Igreja Católica”. Respalda por Parente *et al* (2012) que apontam as Santas Casas de Misericórdia como as principais representantes do Terceiro Setor instalados no Brasil a partir do século XIX.

De lá para cá o número de instituições religiosas só fez aumentar, tal crescimento pode ser claramente vislumbrado pelo estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), o estudo das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (FASFIL).

Tal estudo foi realizado pela primeira em 2002 e em sua edição de 2010 pode-se verificar a evolução dos números no período de 2006 a 2010. No referido período, foi verificado um crescimento de 8,8% no número de entidades sem fins lucrativos, que passaram de 267,3 mil, em 2006, para 290,7 mil, em 2010 (IBGE, 2012).

Ainda no estudo FASFIL constata-se que

as 82,9 mil entidades que administram diretamente serviços ou rituais religiosos representam, isoladamente, 28,5% do total¹⁰. Vale destacar que a participação de entidades religiosas não se restringe a esse grupo de instituições, posto que muitas entidades assistenciais, educacionais e de saúde, para citar apenas alguns exemplos, são de origem religiosa, embora não estejam classificadas como tal, o que impede dimensionar a abrangência efetiva das ações de influência religiosa.[...]Os dados também revelam a forte participação das entidades do grupo de *Religião* entre as mais novas: foram criadas com esta finalidade 32 mil instituições, o que significa 27,0 % do total de entidades criadas nesse período. [...] Em números absolutos, o maior crescimento foi o das entidades do grupo *Religião*, com a criação de 11,2 mil instituições ou quase a metade (47,8%) do total das 23,4 mil Fasil criadas no período. (IBGE, 2012, p. 31, 33,63)

Importante ressaltar que para essa pesquisa foram consideradas Fundações e Associações sem Fins Lucrativos àquelas constantes no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) como entidades sem fins lucrativos e que se enquadraram simultaneamente em cinco critérios:

(a) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado; (b) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins; (c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas; (d) auto administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e (e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores. (IBGE, 2012, p. 13)

No recenseamento realizado pelo IBGE em 2010, das mais de 190 milhões de pessoas da amostra, pouco mais de 407 mil se autodeclararam umbandistas (IBGE, 2010), representando 0,21% da população. Apesar de ainda ser pequena sua representação, “pesquisas feitas com metodologia mais precisa indicam valores maiores, da ordem de pelo menos o dobro das cifras encontradas pelo censo” (Prandi, 2004 *apud* Pierucci e Prandi, 1996) realizado em 2000, denotando que estes números podem ser maiores, no entanto, não há pesquisas que comprovem ou quantifiquem com precisão os adeptos da Umbanda no Brasil.

2.1.1 A Umbanda

“*Nada surge do nada, nada há de novo sob o sol*, todas as religiões são formadas de cultos anteriores, que lhe emprestam símbolos, ritos e mitos combinados e ressignificados”. (CUMINO, 2010, p.33)

A Umbanda é uma religião nova, com pouco mais de um século de existência. Possui em seu berço o sincretismo³, pois absorveu conceitos, posturas e preceitos cristãos, indígenas e afros. Há um marco em sua origem que foi a manifestação do Senhor Caboclo das Sete Encruzilhadas no médium Zélio Fernandino de Moraes em 1908. (SARACENI, 2011)

Essa religião tem suas raízes nas religiões africanas, indígenas e cristã, mas absorveu conhecimentos universais que pertencem a muitas outras religiões, e Saraceni (2011, p. 28-29) demonstra em suas obras considerações relevantes sobre a Umbanda como:

Umbanda é sinônimo de prática religiosa e magística caritativa e não tem a cobrança pecuniária como uma de suas práticas usuais. [...] A Umbanda não recorre aos sacrifícios de animais para assentamento de orixás e não tem nessa prática legítima e tradicional do Candomblé um de seus recursos ofertatórios às divindades, pois recorre às oferendas de flores, frutos, alimentos e velas quando as reverencia. [...] A fé é o principal fundamento religioso da Umbanda [...]. A Umbanda tem na mediunidade de incorporação a sua maior fonte de adeptos, pois a mediunidade independe da crença religiosa das pessoas e, como a maioria das religiões condena os médiuns ou segregava-os, [...] sempre será procurada pelas pessoas possuidoras de faculdades mediúnicas, principalmente a de incorporação. [...] A Umbanda, por ser sincrética, não alimenta em seu seio segregacionismo religioso de nenhuma espécie e vê as outras religiões como legítimas representantes de Deus. E vê todas como ótimas vias

³ Sincretismo: Fusão de elementos culturais diferentes, ou até antagônicos, em um só elemento, continuando perceptíveis alguns traços originários. (FERREIRA, 2010. P.701)

evolutivas criadas por Ele para acelerarem a evolução da humanidade. [...] A Umbanda prega que espíritos elevados (ou espíritos guias) são dotados de faculdades e poderes superiores ao senso comum dos encarnados e tem neles um dos seus recursos religiosos e mágicos, recorrendo a eles em suas sessões de trabalho e tendo neles um dos seus fundamentos religiosos.[...] A Umbanda prega a existência de um Deus único e tem nessa sua crença o seu maior fundamento religioso e mesmo eu reverencie as divindades, os espíritos da natureza e os espíritos ascencionados (os guias-chefes), não os dissocia D'Ele, o nosso Pai Maior e nosso Divino Criador.

2.2 OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

As organizações religiosas são a união de pessoas que se juntam em uma pessoa jurídica para a realização de atividades voltadas à religiosidade, sem finalidade lucrativa e em muitas vezes executando atividades voltadas à coletividade. (FRANÇA, ANDRADE *et al*, 2015)

De acordo com o Código Civil (BRASIL, 2002) estas organizações possuem liberdade para sua criação, organização, estruturação interna e funcionamento, não podendo o poder público negar-lhes os atos necessários à sua constituição e funcionamento. Oliveira e Romão (2014) apontam que “isso, no entanto, não as exime de seguirem uma estrutura jurídica na elaboração dos seus estatutos”.

Grazioli, Campleo *et al*, *apud* Rodrigues (2015, p. 19) ressaltam que,

a finalidade que move o homem não tem intuítos econômicos, e os indivíduos se associam para se recrear, ou para se cultivarem, ou para praticar a caridade, a assistência social, ou mesmo para, juntos, cultuar Deus. Uma associação e uma organização religiosa, dessarte, nasce, ganha vida e personalidade, sobrelevando-se aos indivíduos que a compõem.

Essa aquisição de personalidade jurídica pressupõe a obtenção de direito, mas também deveres.

Para que uma instituição religiosa possa gozar de seus direitos é preciso realizar alguns procedimentos para torná-la um ente juridicamente vivo.

A instituição e constituição de uma organização religiosa assemelha-se à da associação. [...] Na organização religiosa não existem sócios ou associados, mas, sim, “membros”. São pessoas integradas pela confissão de fé, por votos, por compromissos ou por vivência carismática existencial.

Oliveira e Romão (2014) apresentam um roteiro para formalizar a constituição de uma Instituição Religiosa que compreende nos seguintes passos:

- Fazer a busca pelo nome da instituição em cartórios de registro de pessoa jurídica, a fim de verificar a possibilidade de utilização do nome desejado;
- Realizar pesquisa, junto à Receita Federal do Brasil, para verificar se não há restrições no CPF do Presidente;
- Definir a estrutura da instituição para poder definir o texto do Estatuto;
- Preparar a Ata da Assembleia de Constituição, onde será registrado a vontade das pessoas para a constituição da Instituição, bem como a aprovação do estatuto e eleição da Diretoria;
- Após a Assembleia de Constituição, requerer e encaminhar a Ata de Constituição/Termo de Posse da Diretoria e o Estatuto aprovado para o Registro em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- Feito o registro em cartório, registrar a instituição na Receita Federal do Brasil para aquisição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e Matrícula na Previdência Social (INSS);
- Requer junto ao município o Alvará de Funcionamento.

A partir destes procedimentos a instituição religiosa cumpre com sua primeira obrigação legal e está contemplada com personalidade jurídica, lembrando que, apesar de não existir controle estatal prévio de seus atos constitutivos a construção do estatuto deve conter o que preconiza o novo Código Civil às associações civis, devendo conter no mínimo os itens: a) a denominação, os fins e a sede da organização; b) o tempo de duração; c) os requisitos para admissão, demissão e exclusão de membros, d) os direitos e deveres dos membros; e) as fontes de recurso para sua manutenção; f) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; g) as condições para alteração das disposições estatutárias e para dissolução; h) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas; i) o destino do patrimônio no caso de dissolução. (BRASIL, 2002; FRANÇA, ANDRADE *et al*, 2015; OLIVEIRA E ROMÃO, 2014)

2.2.1 A proibição de instituir impostos sobre templos de qualquer culto

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória abrangendo, portanto, os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e outras contribuições (BRASIL, 1966; OLIVEIRA E ROMÃO, 2014). As questões tributárias são instituídas e reguladas pela Constituição Federal e pelo Código Tributário Nacional, onde na Constituição em seu 150º artigo diz que é proibido instituir impostos sobre templo de qualquer culto (BRASIL, 1988). Neste sentido Cardoso (2010, p. 12) coloca que,

as entidades do terceiro setor são imunes ou isentas de impostos federais, estaduais e municipais, no entanto essa imunidade até um determinado ponto, pois a CF Art. 150 VI § 4º “As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.” [...] Percebe-se que a imunidade também abrange a receita operacional, portanto, todo e qualquer tipo de receita não operacional deveria ser tributada normalmente.

A Constituição garante o incentivo, enquanto o CTN regula quando aponta quais são os requisitos que tais organizações devem seguir para gozar de tal direito, não podendo, desta forma, distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou renda em destinação diferente de suas finalidades, ou seja, reuplicar no desenvolvimento das finalidades da própria instituição, bem como precisam aplicar integralmente, no país os seus recursos e manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros calçados de formalidade e que ratifiquem sua fidedignidade. Lembrando que a imunidade prevista não precisa ser solicitada, bastando manter os registros que comprovem o cumprimento das exigências previstas. (PISA, PARISI *et al*, 2012)

Além da imunidade há também a inexigibilidade temporária do tributo, que é a isenção. A isenção ocorre por lei ordinária sendo uma dispensa do pagamento do tributo devido (SILVA, 2008; BERNARDO, 2010). Assim, vale ressaltar que imunidade e isenção são duas coisas distintas, onde a imunidade é a proibição em tributar, neste caso, não existe fato gerador, enquanto na isenção, há a dispensa do recolhimento do tributo, logo, existe fato gerador, no entanto, a lei torna o crédito desobrigado (FRANÇA, ANDRADE *et al*, 2015; OLIVEIRA E ROMÃO, 2014).

2.3 GESTÃO

O sucesso de uma instituição está diretamente ligada à qualidade de sua gestão, seja ela de que setor, ou tipo for. Já é consagrada entre os autores a importância de uma boa gestão dos recursos para manter e garantir a longevidade de uma organização, em especial as do terceiro setor, ou sem fins lucrativos. Confirmado por Peter Drucker ao expor que

“atualmente, grande parte delas já entendeu que as entidades sem fins lucrativos necessitam de administração até mais do que as empresas, exatamente porque lhes falta a disciplina imposta pela linha de resultados. É claro que essas entidades continuam dedicadas a “fazer o bem”, mas também já perceberam que boas intenções não substituem organização e liderança, responsabilidade, desempenho e resultado. Tudo isso exige administração e esta, por sua vez, principia com a missão da organização.” (DRUCKER, 2002, p. 237)

Complementado por Guimarães, Pinho e Leal ao declarar que nas

“últimas décadas, novas formas organizacionais têm sido desenvolvidas com o objetivo de torna-las mais ágeis, flexíveis e competitivas. Estas mudanças afetam, principalmente, a forma como as instituições são geridas, pois tendem a se adaptarem ao novo ambiente, buscando a sua continuidade e maior efetividade.” (GUIMARÃES, PINHO E LEAL, 2010)colocar página

Gestão pode ser entendida então como o conjunto de ações de administração de planejar, organizar, coordenar e controlar recursos, buscando atingir algum objetivo, gerindo tudo isso para que as coisas aconteçam, conduzindo assim, as instituições a obterem os resultados desejados. (OLIVEIRA, PEREZ JÚNIOR, & SILVA, *apud*; GUIMARÃES, PINHO e LEAL, 2010)

Com entidades sem fins lucrativos, especificamente os templos religiosos de Umbanda, os princípios são os mesmos, porém deve-se levar em consideração suas especificidades. Ratificado por Pereira *et al* (2013, p. 167) que coloca que “as organizações desse segmento possuem aspectos estruturais e operacionais distintos, se comparados ao primeiro e ao segundo setor. Assim, exige gestão diferenciada.”

Para obter sucesso há que se fazer a melhor gestão de todos os recursos disponíveis e imprescindíveis, sejam eles materiais ou imateriais, no entanto o objeto

deste estudo tem o enfoque na gestão dos recursos financeiros, sendo assim apresentadas algumas das mais relevantes de gestão destes recursos.

Neste contexto, há a congruência de diversos autores sobre a importância quanto à transparência das atividades, processos e resultados financeiros praticados por tais instituições, em especial por dependerem, principalmente, de recursos de terceiros.

2.3.1 Gestão Financeira

Na literatura, a conceituação da sustentabilidade faz menção a um desenvolvimento contínuo e duradouro, levando em consideração que a disponibilidade dos atuais recursos deve buscar também atender aos anseios das futuras gerações. (SILVA, *et al*, 2011, p. 76)

Algumas noções de sustentabilidade sugerem que ela baseia-se, principalmente, no tripé: sustentabilidade econômica; sustentabilidade social; e sustentabilidade cultural. Ou seja, assegurar o sucesso econômico, baseada em atitudes condizentes com as adversidades a serem enfrentadas e garantindo a realização das necessidades dos envolvidos, direta e indiretamente. Deve ser vislumbrada como um recurso que gera soluções recorrentes permitindo o acompanhamento e controle dos acontecimentos, permitindo que o ciclo planejamento, organização, direção e controle seja contínuo. (VALADÃO, MALAQUIAS, SOUZA, 2008)

Levando-se em conta um dos tripés citados, o da sustentabilidade econômica, uma boa gestão financeira deve ser realizada para que isso torne-se realidade nos templos religiosos de Umbanda e alguns mecanismos e ferramentas tornam-se essenciais quando desse tipo de gestão, principalmente para que os dados gerados convertam-se em informações pertinentes e apropriadas para a consecução do objetivo fim e perpetuação da instituição.

2.3.1.1 Plano de contas

“Plano de Contas é o conjunto de contas que norteia os trabalhos contábeis de registro de fatos e atos inerentes à entidade, além de servir de parâmetro para a elaboração das demonstrações contábeis.” (ZANLUCA, 2017)

Pode ser definido também como um dispositivo usado pra orientar, uniformizar e informar onde cada conta de um plano deve transmitir uma mensagem clara e objetiva, devendo ser um recurso a disposição para o enquadramento correto das receitas e despesas do templo, informando com precisão nos relatórios a sua natureza, além de estruturado de forma que possa ser adaptado às novas situações no processo administrativo, sempre dinâmico. (OLIVEIRA e ROMÃO, 2014)

De acordo com o França e Andrade *et al* (2015) o elenco de contas está dividido em cinco grandes grupos: a) Ativo; b) Passivo e Patrimônio Líquido; c) Resultado; d) Variações Patrimoniais; e) Encerramento do Resultado e é nessa estrutura de contas que se reconhece as transações econômicas e financeiras da entidade, sendo a partir deste elenco que se fornece o suporte para a estrutura das demonstrações contábeis.

2.3.1.2 Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis representam um canal de comunicação da entidade com diversos usuários internos e externos. [...] Um relacionamento sério e transparente [...] é parte do contexto que transcende a esfera contábil e fiscal e atinge uma dimensão ética. (Silva, p. 64-65, 2010a)

Até 1999 não havia legislação específica para as entidades sem finalidade de lucro, onde eram utilizadas, por analogia, as legislações pertinentes a outras entidades, em especial a aplicável às sociedades anônimas, a Lei nº 6.404/1976. Até este momento as normas contábeis brasileiras eram de caráter geral, com exceção a algumas atividades consideradas relevantes para a economia como o setor financeiro, o setor público e as atividades de regulação estatal, cabendo, então, ao contador fazer as adaptações necessárias para que as demonstrações contábeis e financeiras das entidades sem finalidade de lucro reproduzissem de maneira fidedigna os resultados da entidade. De lá para cá houve uma série de ações visando avançar em direção ao regramento específico às normas contábeis brasileiras para as entidades sem finalidade de lucros, até que em 2012, após processo de convergência das normas contábeis aos padrões internacionais de contabilidade, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidades sem Fins Lucrativos com o objetivo de estabelecer critérios e

procedimentos contábeis específicos a estas entidades, sempre em consonância com as normas internacionais de contabilidade. (FRANÇA E ANDRADE *et al*, 2015)

A ITG 2002 estabelece (CFC, 2012, p. 2)

critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros

apontando que as demonstrações contábeis a serem elaboradas por tais instituições são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas.

As principais constatações a serem levantadas são que no Balanço Patrimonial a denominação de conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social. Nas demonstrações que usem os termos “lucro” ou “prejuízo” devem ter seus textos substituídos por “superávit” ou “déficit”, ao tempo que na Demonstração do Resultado do Período, as informações de gratuidades concedidas e serviços voluntários obtidos devem ser destacadas, bem como devem estar divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade e, as doações devem ser classificadas, na Demonstração dos Fluxos de Caixa, como atividades operacionais. (FRANÇA E ANDRADE, 2015)

2.3.1.3 Análise das demonstrações contábeis

Ter um controle eficiente e eficaz sobre todas as variações patrimoniais de uma entidade é de grande importância. É através dos fatos registrados e consolidados que os gestores podem basear-se para tomarem decisões.

Para Assaf N. (2012, p. 43) “a análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras”. Em templos religiosos os princípios são os mesmos: utilizar os demonstrativos para retratar a posição atual, mostrar suas evoluções e evidenciar as tendências.

Tradicionalmente as demonstrações utilizadas para realizar uma análise são o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, podendo ser utilizado outros demonstrativos como a demonstração dos Fluxos de Caixa, notas explicativas e pareceres de auditoria. Estas podem fornecer informações úteis para a interpretação de dados e possíveis análises de tendências (HOJI, 2012). Vale colocar que no caso dos templos religiosos como não se elabora a Demonstração do resultado do exercício e sim a Demonstração do Resultado do Período, na análise este substitui aquele.

As técnicas mais comuns utilizadas para a elaboração do relatório econômico-financeiro são a análise vertical, análise horizontal e o cálculo de indicadores econômico-financeiros.

De acordo com Padovezze (2010, p. 194) análise vertical “é a análise da estrutura da demonstração de resultado e do balanço patrimonial, buscando evidenciar as participações dos elementos patrimoniais e de resultado dentro do total”. Complementado por Assaf N. (2012, p. 211) que coloca que

a análise vertical, é um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica ao se relacionar um conta ou grupo de contas com um valor afim ou relacionável, identificado no mesmo demonstrativo. Desta forma, dispondo-se dos valores absolutos em forma vertical, pode-se apurar facilmente a participação relativa de cada item contábil no ativo, no passivo ou na demonstração de resultado, e sua evolução no tempo.

Enquanto a análise horizontal tem como finalidade principal demonstrar o crescimento, ou variações de itens do balanço patrimonial e da demonstração de resultado, ao longo dos períodos, a fim de caracterizar tendências (IUDÍCIBUS, 2009). Assaf N. (2012, p. 105) minucia e coloca que a “análise horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais. É basicamente um processo de análise temporal, desenvolvido por meio de números-índices”. Um exemplo de análise horizontal e análise vertical para os períodos de 20X1, 20X2 e 20X3 está demonstrado no quadro 1.

QUADRO 1 – ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL NO BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL DO TEMPLO DE UMBANDA "X"									
	20X1	AV %	AH %	20X2	AV %	AH %	20X3	AV %	AH %
ATIVO	79.000,00	100%	100%	93.000,00	100%	18%	105.000,00	100%	13%
CIRCULANTE	18.000,00	23%	100%	20.000,00	22%	11%	29.000,00	28%	45%
Disponibilidades	5.000,00	6%	100%	4.000,00	4%	-20%	6.000,00	6%	50%
Realizável a Curto Prazo	8.000,00	10%	100%	10.000,00	11%	25%	15.000,00	14%	50%
Estoques	5.000,00	6%	100%	6.000,00	6%	20%	8.000,00	8%	33%
NÃO CIRCULANTE	61.000,00	77%	100%	73.000,00	78%	20%	76.000,00	72%	4%
Realizável a Longo Prazo	6.000,00	8%	100%	8.000,00	9%	33%	7.000,00	7%	-13%
Imobilizado	50.000,00	63%	100%	60.000,00	65%	20%	65.000,00	62%	8%
Intangível	5.000,00	6%	100%	5.000,00	5%	0%	4.000,00	4%	-20%
PASSIVO	79.000,00	100%	100%	93.000,00	100%	18%	105.000,00	100%	13%
CIRCULANTE	13.000,00	16%	100%	18.000,00	19%	38%	18.000,00	17%	0%
Obrigações com Pessoal	9.000,00	11%	100%	10.000,00	11%	11%	15.000,00	14%	50%
Obrigações Tributárias	3.000,00	4%	100%	4.000,00	4%	33%	2.000,00	2%	-50%
Empréstimos	1.000,00	1%	100%	4.000,00	4%	300%	1.000,00	1%	-75%
NÃO CIRCULANTE	6.000,00	8%	100%	10.000,00	11%	67%	2.000,00	2%	-80%
Exigível a Longo Prazo	6.000,00	8%	100%	10.000,00	11%	67%	2.000,00	2%	-80%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	60.000,00	76%	100%	65.000,00	70%	8%	85.000,00	81%	31%
Patrimônio	50.000,00	63%	100%	50.000,00	54%	0%	65.000,00	62%	30%
Superávit Acumulado	10.000,00	13%	100%	15.000,00	16%	50%	20.000,00	19%	33%

Fonte: Adaptado de Oliveira e Romão, 2014, p. 169.

No cálculo dos percentuais extraídos na análise vertical utiliza-se a divisão da conta, ou grupo de contas do ativo ou do passivo pelo ativo ou passivo total, multiplicando-se por cem, pois o resultado deve ser em percentual, enquanto na análise horizontal divide-se a conta, ou grupo de contas do ano desejado pela conta ou grupo de contas do ano base, multiplica-se por cem e subtrai cem, para então ter o resultado percentual.

Outra ferramenta utilizada é o cálculo de indicadores econômico-financeiros que, de acordo com Silva (2012a, p. 220) os “índices financeiros são relações entre contas ou grupos de contas das demonstrações contábeis, que têm por objetivo fornecer-nos informações que não são fáceis de serem visualizadas de forma direta nas demonstrações”.

São grandes e variados os tipos de indicadores a serem utilizados em uma análise de demonstrativos, no entanto a quantidade de índices é um ponto importante a ser abordado, pois uma quantidade muito grande pode confundir o usuário da informação, enquanto uma quantidade muito pequena pode não ser suficiente para extrair conclusões satisfatórias, devendo então o analista avaliar quais os pontos merecem maior atenção e então definir os indicadores a serem usados. (SILVA, 2012a)

Oliveira e Romão (2014) em sua obra para o Terceiro setor e Instituições Religiosas utilizam sete indicadores, sendo: liquidez corrente, liquidez seca, liquidez geral, liquidez imediata, participação de capitais de terceiros, imobilização do investimento total e imobilização do capital próprio. As fórmulas utilizadas assim como a descrição da utilidade de cada indicador estão no quadro 2.

QUADRO 2 – INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Liquidez Corrente	
Fórmula	Descrição
$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Índice utilizado para avaliar a capacidade de pagamento da organização em curto prazo
Liquidez Seca	
Fórmula	Descrição
$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$	Índice utilizado para avaliar a capacidade de pagamento da organização em curto prazo, sem considerar os
Liquidez Geral	
Fórmula	Descrição
$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a LP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a LP}}$	Índice utilizado para avaliar capacidade de pagamento da organização em geral (curto e longo prazos)
Liquidez Imediata	
Fórmula	Descrição
$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$	Índice utilizado para avaliar a capacidade de pagamento da organização imediatamente
Participação de Capital de Terceiros	
Fórmula	Descrição
$\frac{\text{Capital de Terceiros}^*}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Índice utilizado para medir a dependência da organização com relação aos recursos de terceiros
Imobilização do Investimento Total	
Fórmula	Descrição
$\frac{\text{Ativo Não Circulante}}{\text{Ativo}}$	Índice utilizado para medir a composição do capital de giro com relação aos bens móveis e imóveis
Imobilização de Capital Próprio	
Fórmula	Descrição
$\frac{\text{Ativo Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Índice revela qual percentual do capital próprio foi empregado no Ativo Não Circulante

* Capital de terceiros = Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Fonte: Adaptado de Oliveira e Romão, 2014, p. 169,170

Após extrair todos os valores da análise vertical, análise horizontal e dos indicadores, Silva (2012a) expõem que o “objetivo principal de uma análise é subsidiar a tomada de decisão”, sendo estes os principais mecanismos para se vislumbrar a situação econômico-financeira da instituição.

2.3.2 Controles

O controle financeiro é uma das áreas mais importantes da gestão financeira em uma instituição, pois é através dela que se pode saber e controlar precisamente os recebimentos e dispêndios, podendo então elaborar e monitorar planejamentos adequados, bem como executar um controle orçamentário. (ALBUQUERQUE, 2010)

O controle é fundamental para o entendimento do grau de desempenho, e em que medida o resultado pretendido está situado em relação ao planejando. [...] De maneira geral, embora os enforque dos processos de planejamento e controle possam ser distintos em termos de ênfase e mesmo foco, o planejamento sempre precede o controle em termos de desenvolvimento dentro das organizações. Significa que uma organização sem um complexo e detalhado processo d e planejamento pode desenvolver controle adequado; com tudo, os dois processos, por estarem inevitavelmente ligados, têm impactos e efeitos mútuos, fazendo com que o desenvolvimento do planejamento traga o próprio aprimoramento do controle e vice-versa. (FARIAS, 2015, p. 12)

2.3.2.1. Orçamento

Orçamento é uma ferramenta que permite acompanhar o desempenho e quando detectados desvios do plano, esses possam ser detectados, analisados e habilmente controlados. Pode ser visto também como a expressão quantitativa e formal dos planos da administração, em outras palavras, o orçamento é o instrumentos que traz a definição quantitativa dos objetivos e o detalhamento dos fatores necessários para atingi-los, assim como o controle do desempenho. (FARIAS, 2015)

De acordo com Oliveira e Romão (2014, p. 143) uma definição mais dentro da perspectiva religiosa é que o “orçamento é calcular previamente as receitas e despesas da Igreja, levando-se em consideração o tempo em que queremos atingir aquilo que temos projetado e em que aplicaremos os recursos que esperamos receber”.

Almeida (2007) corrobora as posições afirmando que

o orçamento é um plano detalhado para a aquisição e uso de recursos, financeiros ou não, dentro de um período específico, representando um plano para o futuro, expresso em termos quantitativos. [...] Já em uma organização sem fins lucrativos ou públicas, o objetivo predominante deve ser o de otimizar a relação entre dispêndio de recursos e o nível de serviço que a sociedade espera dessas entidades. (ALMEIDA, 2007, p. 47,48)

Juntamente ao orçamento há dois controles muito importantes que devem ser feitos, o de contas a pagar e contas a receber que possuem, por si só um entendimento muito simples. No caso das contas a pagar significa o dinheiro que a instituição contraiu em obrigações devendo seu controle ser atualizado e transparente para que sejam pagos no momento apropriado para que não ocorra a geração de multa e juros, nem problemas jurídicos à organização. Enquanto as contas a receber representam os valores que a instituição tem a receber de seus doadores, colaboradores, etc. (FRANÇA E ANDRADE, 2015)

2.4 MINISTRO DE CULTO RELIGIOSO

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, os Ministros de Culto Religioso são aqueles

que preside as cerimônias do culto religioso e profere sermões, dirigindo os rituais e interpretando as doutrinas da fé, para atender às necessidades religiosas dos fiéis sob sua responsabilidade; ministra os sacramentos, como batismo, crisma, comunhão, matrimônio e outros, ou cumpre os ritos de determinada religião, realizando gestos simbólicos e utilizando paramentos e substâncias peculiares, a fim de contribuir para a realização espiritual dos fiéis que procuram a religião; transmite ânimo a pessoas carentes, como enfermos, anciões e pessoas em dificuldades, procurando-as em suas residências ou em outros locais e demonstrando-lhes compreensão e amizade, para proporcionar-lhes consolo espiritual e moral; organiza e dirige o ensino religioso em sua área de ação, dando palestras de aprofundamento ou instruindo os que desejam adotar uma religião, para formar ou desenvolver o espírito moral e religioso das pessoas interessadas.(MTE, 2016)

O vínculo do Ministro de Culto Religioso com a Instituição tem início em sua vocação e não pode ser caracterizado com relação de emprego, portanto registrar um ministro como empregado da instituição incorre como grave falta jurídica. Pela lei vigente o ministro de culto religioso é considerado contribuinte individual não lhe cabendo, portanto, o direito a qualquer verba trabalhista que tenha direito um empregado. Mas vale ressaltar que cabe a instituição conceder ao seu ministro religioso todo o cuidado para que tenha esses ou outros direitos por ser recomendação justa. (OLIVEIRA E ROMÃO, 2014)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde tempos remotos o ser humano busca a religiosidade, para muitas vezes, preencher uma lacuna em suas vidas que nem sempre têm explicações lógicas ou racionais, mas encontram a partir a religião uma forma de refrear, encontrar conforto e fortalecimento para enfrentarem as intempéries do dia-a-dia.

Uma miríade de religiões já existiu e ainda existem na Terra, dentre elas encontramos a Umbanda, uma religião brasileira considerada nova ainda, pois possui pouco mais de um século de existência que possui como um de seus principais fundamentos a prática religiosa e magística caritativa.

Apesar de a Umbanda já possuir seus fundamentos e práticas religiosas já bem estruturadas e definidas, há muito que se fazer ainda quando se trata da administração e manutenção dos templos, pois a grande maioria dos templos e casas umbandista tiveram seus inícios nos fundos ou nos cômodos das casas de seus sacerdotes, sendo este um assunto “novo” para os integrantes e dirigentes de templos religiosos umbandistas. Religiões mais antigas já possuem uma estrutura mais codificada e definida, quando se trata da administração dos recursos, sejam eles materiais ou imateriais, apesar de ser muito necessário ainda o aprofundamento de contribuições de pesquisas nesse campo: o da gestão em entidades como estas.

É confirmado e ratificado pelos estudos e autores a importância da gestão nas instituições, sejam elas quais forem, no entanto percebeu-se com esse estudo que são incipientes ainda os estudos quando se trata da gestão no terceiro setor e especialmente em instituições religiosas. Há muito ainda que se contribuir com estudos e pesquisas nessa área, principalmente pela variedade e especificidades das instituições que se encontram no mercado.

Todos os recursos são de grande valia, mas foi escolhido como foco, do presente trabalho, os recursos financeiros, porque, por mais boa vontade que se tenha, uma instituição para existir e continuar a existir necessita manter-se, pagar suas contas e administrar seus recursos econômicos e financeiros.

Para tanto há a disposição ferramentas que auxiliam nesta jornada, de se fazer uma boa gestão dos recursos financeiros, como desenvolver um plano de contas compatível com as atividades da instituição, pois ele pode ser utilizado como norte dos registros e controles dos recursos. O uso e análise dos demonstrativos contábeis como excelente ferramenta, a fim de identificar as condições econômico-

financeiras e por fim o orçamento, que é ferramenta essencial quando do controle sobre os recursos, sobretudo quando alinhado com os registros e controles de contas a pagar e a receber.

Assim, que muitos estudos ainda venham a colaborar com a gestão dessas organizações e contemplem as funções básicas administrativas de planejar, organizar, dirigir e controlar, para que sejam atingidos os objetivos de auxílio a si e ao próximo, e que permitam viabilizar sua sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos C. de. *Terceiro setor: história e gestão de organizações*. São Paulo: Summus, 2006.

ALMEIDA, Cíntia de. **O orçamento como ferramenta de gestão de recursos financeiros no terceiro setor: Um estudo nas organizações do Estado do Rio Grande do Norte**. Dissertação de Mestrado do programa Multiinstitucional e Interegional das Universidades de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

BERNARDO, Josiane Janir. **Controle financeiro: métodos utilizados por uma organização religiosa**. Monografia para conclusão de curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Terceiro setor e desenvolvimento social**. Relato Setorial nº 3, 2001. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2016.

BRASIL, 1966. Código Tributário Nacional

_____, 1988. Constituição da república Federativa do Brasil.

_____, 2002. Lei nº 10.406. Código Civil.

_____, 2003. Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003. (alteração do código civil, lei 10.406 de 2002)

CARDOSO, Tiago. **Terceiro Setor e Imunidade**. Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC. Florianópolis, v. 9, n. 25, p. 9-18, dez/mar. 2010

Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS). **Principais atividades**. Disponível em: <www.eaesp.fgvsp.br>. Acesso em: 14 abr. 2016.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros**. Resolução CFC nº 1.409/12. Brasília. 2012

CUMINO, Alexandre. **História da Umbanda: uma religião brasileira**. São Paulo: Madras, 2010.

CUNHA, Hélio Ponce. **Gestão estratégica aplicada em uma organização do terceiro setor: uma mudança de paradigma**. Sitientibus, Feira de Santana, n. 39, p.191-205, jul./dez. 2008.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **O melhor de Peter Drucker: obra completa**. Tradução de Maria L. Leite Rosa, Arlete Simile Marques e Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 2002.

EBSEN, Kamile S.; LAFFIN, Marcos. **Terceiro Setor e Contabilidade**: compilações de uma pesquisa. Revista Contemporânea de Contabilidade, 2004.

FALCONER, Andreas Pablo. **A promessa do terceiro setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. São Paulo: Centros de Estudos em Administração do Terceiro Setor. 1999.

FARIAS, Luiz Rogério. **Gestão orçamentária**. Curso de especialização em controladoria – Universidade Federal do Paraná - UFPF. Curitiba: 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FISCHER , Rosa Maria & FALCONER, Andres Pablo. **Desafios da parceria governo e terceiro setor**. *RAUSP – Revista de Administração*, v. 36, n. 1, p. 12-19, São Paulo, janeiro/março, 1998.

FRANÇA, José Antônio de, ANDRADE, Alvaro Pereira *et al.* **Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor**: Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social. Brasília: CFC: FBC: Profis, 2015.

GUIMARÃES, Isac Pimentel; PINHO, Lorena de Andrade, LEAL, Raimundo Santos. **Profissionalização da gestão organizacional no terceiro setor**: um estudo de caso na Fundação Instituto Feminino da Bahia. Revista Contabilidade, Gestão e Governança. Brasília. V. 13. N. 3. P. 132-148. 2010.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor**: o desafio de administrar sem receita. Tradução: James F. Sunderland Cook. São Paulo: Makron Books, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Gerência do Cadastro Central de Empresas, 2008. 156p. **Estudos e pesquisas**. Informação econômica, ISSN 1679-480x ; n. 8. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010, n.20, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MÁRIO, Pouri do carmo *et al.* **A utilização de Instrumentos de Contabilidade Gerencial em Entidades do Terceiro Setor**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan/abr 2013.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupação 2.631 – Ministro de Culto Religioso**. Disponível em: <http://consulta.mte.gov.br/empregador/cbo/procuracbo/conteudo/tabela3.asp?gg=1&sg=9&gb=6>. Acesso em: 05/06/2016

OLAK, Paulo Arnaldo; SLOMSKI, Valmor; ALVES, Cássia Vanessa Olak. **As publicações acadêmicas da pesquisa contábil no Brasil, no âmbito das**

organizações do terceiro setor. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade. v.2, n.1, art.2, p.24-46. jan/abr.2008.

OLIVEIRA, Aristeu; ROMÃO, Valdo. **Manual do Terceiro Setor e instituições religiosas:** trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PARENTE, Tobias Coutinho *et al.* **Gestão de mudanças nas organizações do Terceiro Setor:** o desafio da sustentabilidade financeira. Revista Gestão & Regionalidade. Vol. 28. Nº 84. 2012.

PEREIRA, Raquel da Silva *et al.* **Especificidades da Gestão no Terceiro Setor.** Organizações em contexto, São Bernardo do Campo, v. 9, n. 18, p. 167-195, jul/dez., 2013.

PIZA, Silvio Calazans de Toledo; PARISI, Claudio. *et al.* **A Aderência das práticas Contábeis das Entidades do Terceiro Setor às Normas Brasileiras de Contabilidade:** um estudo multicaso de entidades do município de São Paulo-SP. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 78-97, set/dez., 2012.

PRANDI, Reginaldo. **O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso,** Estud. av. vol.18 no.52 São Paulo Sept./Dec. 2004

SARACENI, Rubens. **Doutrina e teologia de Umbanda Sagrada:** a religião dos mistérios um hino de amor a vida. São Paulo: Madras. 2011

SILVA, Adriana Farias da. **Controles Internos Utilizados No Setor Financeiro de Uma Organização Religiosa.** Monografia para conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

SILVA, Carlos Eduardo Guerra. **Gestão, Legislação e Fontes de Recursos no Terceiro Setor:** uma perspectiva histórica. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. 44(6):1301-25, Nov/dez. 2010.

SILVA, José Pereira de. **Análise financeira das empresas.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010a.

SILVA, Minelle Enéas, *et al.* **Sustentabilidade no terceiro setor:** o desafio de harmonizar as dimensões da sustentabilidade em uma ONG. Revista: Reúna. Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 75-92, Jul. – Set. 2011.

SLOMSKI, Valmor *et al.* **Contabilidade do terceiro setor:** uma abordagem aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas. São Paulo: Atlas, 2012.

VALADÃO, Valdir Machado; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes; SOUSA, Edileusa Godói. **Controladoria como uma opção à sustentabilidade econômica nas organizações de Terceiro setor:** o caso de uma associação. Revista Contemporânea de Contabilidade. Florianópolis, v. 1, n. 9, p. 131-151, Jan. – Jun. 2008.

ZANLUCA, Júlio César. **Como elaborar um plano de contas contábil**. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/planodecontas.htm>>. Acesso em: 04/06/2017.